

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.550.834 - SP (2019/0217585-3)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
AGRAVANTE : **RONETEC INDUSTRIA E COMERCIO DE PECAS LIMITADA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**
ADVOGADOS : **URUBATAN DE ALMEIDA RAMOS - SP193783**
: **MÔNICA FERRARA CARRARO - SP280601**
AGRAVADO : **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**
ADVOGADOS : **LUIZ GUILHERME PENNACCHI DELLORE - SP182831**
: **PAULO LEBRE - SP162329**
: **ANDRÉ YOKOMIZO ACEIRO - SP175337**

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. SUSPENSÃO OU EXTINÇÃO DE AÇÕES AJUIZADAS CONTRA DEVEDORES SOLIDÁRIOS E COOBRIGADOS EM GERAL. IMPOSSIBILIDADE. PROSSEGUIMENTO EM FACE DOS COOBRIGADOS. RESP REPETITIVO N. 1.333.349/SP. ACÓRDÃO RECORRIDO EM CONFORMIDADE COM O ENTENDIMENTO DESTA CORTE. SÚMULA N. 83/STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que não admitiu o recurso especial apresentado por Ronetec Indústria e Comércio de Peças Limitada - em recuperação judicial, com base no art. 105, III, *a e c*, da Constituição Federal, desafiando acórdão assim ementado (e-STJ, fl. 169):

Recuperação judicial Plano aprovado e homologado Soberania da assembleia de credores Relativização Jurisprudência Exame concreto das cláusulas - Abusividade descaracterizada Carência e prazo de pagamento em consonância com a realidade financeira da recuperanda Pagamento de juros e correção monetária somente depois do pagamento do valor principal dos créditos Possibilidade Ausência de prejuízo aos credores Liquidez das parcelas caracterizada - Reconhecida a abusividade tão somente da cláusula que prevê a suspensão das ações e execuções das ações em curso e ajuizadas contra garantes - Recurso parcialmente provido.

Nas razões do recurso especial (e-STJ, fls. 185-207), a recorrente alegou, além de dissídio jurisprudencial, a violação ao art. 47 da Lei n. 11.101/2005.

Superior Tribunal de Justiça

Sustentou, em síntese, a necessidade de manutenção da aprovação de seu plano de recuperação judicial, com a preservação da validade da cláusula 15.2 para a suspensão das ações e execuções em curso. Ressaltou a soberania da decisão assemblear dos credores e a ausência de ilegalidade nas previsões aprovadas, levando-se em conta a preservação da empresa e a viabilidade de sua recuperação. Apontou, ainda, divergência jurisprudencial.

O Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo inadmitiu o processamento do recurso especial (e-STJ, fls. 282-283).

Foi interposto agravo em recurso especial às fls. 286-309 (e-STJ), e contraminuta apresentada às fls. 312-320 (e-STJ).

Parecer do Ministério Público Federal às fls. 334-337 (e-STJ).

Brevemente relatado, decido.

De início, é importante salientar que o presente recurso foi interposto contra decisão publicada já na vigência do Novo Código de Processo Civil, de maneira que é aplicável ao caso o Enunciado Administrativo n. 3 do Plenário do STJ, segundo o qual: "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

Ao analisar a situação jurídica dos autos, o Tribunal de origem consignou os seguintes fundamentos (e-STJ, fls. 178-180):

Apesar do afirmado em enfocada cláusula, a suspensão das ações e execuções em curso e que atingem garantidores, com a liberação de garantias sem a expressa concordância dos credores individualmente beneficiados, não pode prevalecer.

Nesse sentido, há, inclusive, julgado proferido com caráter repetitivo pelo E. Superior Tribunal de Justiça, cuja ementa cabe reproduzir:

RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C DO CPC E RESOLUÇÃO STJ N. 8/2008. DIREITO EMPRESARIAL E CIVIL. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. PROCESSAMENTO E CONCESSÃO. GARANTIAS PRESTADAS POR TERCEIROS. MANUTENÇÃO. SUSPENSÃO OU

EXTINÇÃO DE AÇÕES AJUIZADAS CONTRA DEVEDORES SOLIDÁRIOS E COOBRIGADOS EM GERAL. IMPOSSIBILIDADE. INTERPRETAÇÃO DOS ARTS. 6º, *CAPUT*, 49, § 1º, 52, INCISO III, E 59, *CAPUT*, DA LEI N. 11.101/2005.

1. Para efeitos do art. 543-C do CPC: "A recuperação judicial do devedor principal não impede o prosseguimento das execuções nem induz suspensão ou extinção de ações ajuizadas contra terceiros devedores solidários ou coobrigados em geral, por garantia cambial, real ou fidejussória, pois não se lhes aplicam a suspensão prevista nos arts. 6º, *caput*, e 52, inciso III, ou a novação a que se refere o art. 59, *caput*, por força do que dispõe o art. 49, § 1º, todos da Lei n. 11.101/2005".

2. Recurso especial não provido.

(REsp 1.333.349/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 26/11/2014, DJe 02/02/2015)

O artigo 49, § 1º da Lei 11.101 assegura, expressamente, aos credores do devedor a possibilidade de exercerem seus direitos contra garantes e coobrigados e isso deve ser observado, não podendo ser dispensada ou afastada, por ajuste de credores e devedores, a incidência da regra legal.

Dita cláusula, assim viola a legalidade e deve ser afastada.

Tudo somado, a decisão recorrida merece um pequeno reparo, apenas para afastar do plano aprovado a Cláusula 15.2, conforme acima explicitado.

Depreende-se, assim, que a solução adotada pelo Colegiado estadual está em consonância com a jurisprudência desta Corte, firmada pela Segunda Seção através do regramento dos recursos repetitivos, que, ao julgar o REsp n. 1.333.349/SP, em 26/11/2014, DJe de 2/2/2015, de relatoria do Ministro Luis Felipe Salomão, firmou a seguinte tese: "a recuperação judicial do devedor principal não impede o prosseguimento das execuções nem induz suspensão ou extinção de ações ajuizadas contra terceiros devedores solidários ou coobrigados em geral, por garantia cambial, real ou fidejussória, pois não se lhes aplicam a suspensão prevista nos arts. 6º, *caput*, e 52, inciso III, ou a novação a que se refere o art. 59, *caput*, por força do que dispõe o art. 49, § 1º, todos da Lei n. 11.101/2005".

Desse modo, nota-se que o entendimento adotado pelo acórdão recorrido está em harmonia com a jurisprudência desta Corte Superior, o que atrai a incidência da Súmula 83/STJ, aplicável a ambas as alíneas autorizadoras.

Superior Tribunal de Justiça

Diante do exposto, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator